

1. Informações Gerais

Data: 27/10/2025

Horário: 14h00

Local: híbrido- presencial/teams – sala EA02.2

Participantes/Representantes:

- Ministro Edson Fachin – Presidente do CNJ;
- Dr. Paulo Marcos de Farias – Secretário de Estratégia e Projetos;
- Dra. Clara da Mota Santos Pimenta Alves – Secretária-Geral;
- Dr. Bruno Cezar Andrade de Souza – Assessor do Gabinete da Presidência;
- Dr. Maurício Cavallazzi Póvoas – Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do Departamento de Gestão estratégica – DGE;
- Dr. Fábio César dos Santos Oliveira – Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do Departamento de Gestão estratégica – DGE;
- Bruno César de Oliveira Lopes – Diretor-Geral;
- Fabiana Andrade Gomes e Silva – Diretora do Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
- Dr. Fábio Lopes Fernandes – Diretor da Escola Nacional do Judiciário – ENAJU;
- Gabriela Moreira de Azevedo Soares – Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ;
- Marina Brazil Bonani – Coordenadora de Governança de Políticas Judiciárias Nacionais;
- Dr. Ruy Muggiati – Desembargador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF;
- Thiago de Andrade Vieira – Diretor Executivo do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Ana Gabriela Guerreiro Viola da Silveira Leite – Secretária de Comunicação Social – SCS;
- Eduardo Campos Gomes – Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF;
- Suzana Batista dos Santos – Secretária de Administração – SAD;
- Luciana Cristina Gomes Coêlho Matias – Secretária de Gestão de Pessoas – SGP;
- Caio Henrique Faustino – Assessor da Corregedoria Nacional de Justiça-CN;
- Marilene de Souza – Assessora-chefe do Gabinete da Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos – CSAC;
- Ronaldo Araújo Pedron – Chefe de Gabinete da Ouvidoria – OUV;
- Felipe Berkenbrock Goulart – Secretário de Auditoria;
- Cristina de Oliveira Winckler – Chefe do Escritório Cooperativo de Projetos Institucionais – ECP;
- Daniele Smidt Frischknecht – Chefe da Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria Geral – DAGI;
- Adilson Medeiros da Silva – Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ;
- Daniel Gerheim Souza Dias - Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário.

Facilitadores

- Dr. Paulo Marcos de Farias – Secretário de Estratégia e Projetos;
- Dr. Maurício Cavallazzi Póvoas – Juiz Auxiliar da Presidência.

Equipe Técnica

- Neuma Christina Lopes Nunes – Chefe da Seção de Planejamento Institucional;
- Valéria Sousa de Freitas – Técnica Judiciária;

Plataforma Teams:

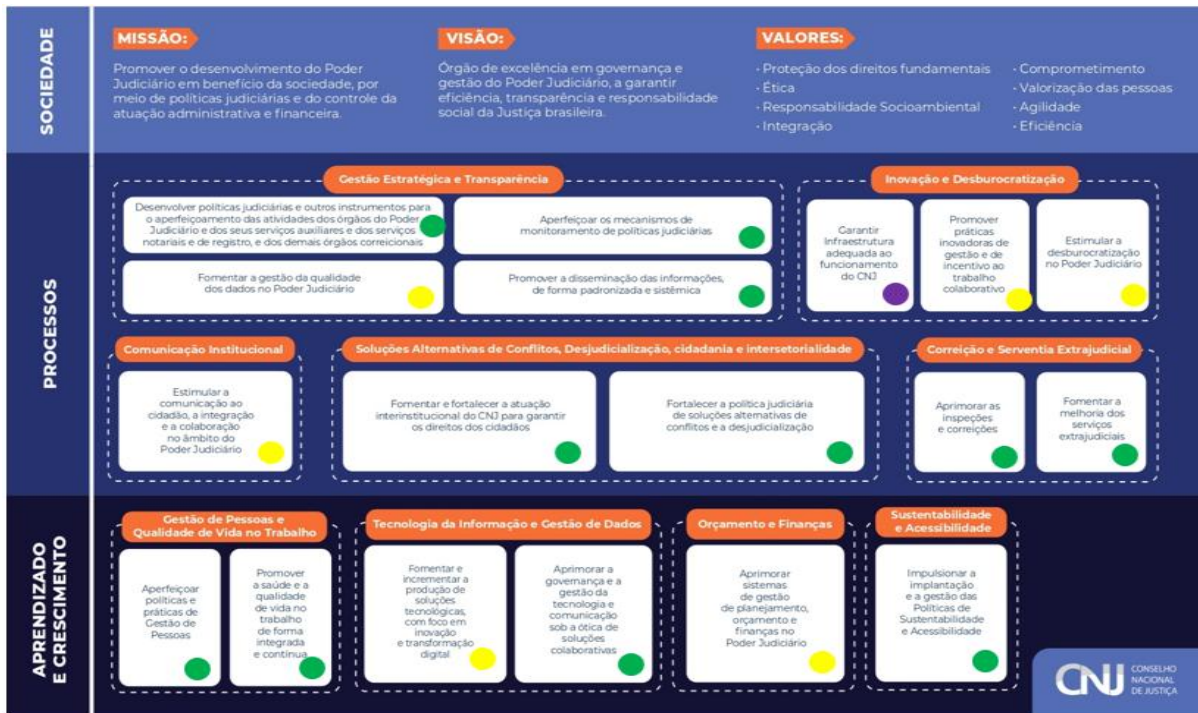
Thais Martins Ferreira
David Hugo Dantas da Silva
Raphael Laurindo Bonini
Antonio Ferreira de Melo Filho
Juliana Almeida Costa Cronemberger
Igor Caires Machado
Francisco das Chagas Miranda da Silva
Maria Eduarda Batista Alves
Douglas Gomes Oliveira
Roselaine da Silva Gomes
Marcos Vinícius Silva Campos
Izaías Alves Cardoso Filho
Júlia Aguiar Coutinho Benedetti
Renata Lícia Gonçalves de Santana Alves
Rogério Carnaúba da Cunha Gonçalves
Thays Rosário de Souza
Cristianna Duarte Fernandes Bittencourt
Patrícia Maria Silva Soares Coelho
Anali Cristino Figueiredo
Rodrigo Miguel Sousa
Juli Alves da Silva
Bruno Crasnek Luz
Fernanda Fleury Brandão
Mirela Lopes Torres
Renata Maroja Stochiero
Kamilla Santos da Silva
Leonardo Lemes Rosa
Alana Oliveira Viana
Serpa
Beatriz Aurora
Daniela Rodrigues Nunes do Nascimento
Johana Thaise Alencar Pedrosa
Antônio Mário Lúcio de Oliveira Junior
Mariana Bandeira Ansani Yamanaka
Ivone Jaqueline Paes Costa
Hegle Borges Machado
Bianca Moulin
Bianca Sávia Ferreira Moulin
Adriana Diversi
Adriana Diversi
Baruc Machado Gama
Magali Zilca de Oliveira Dantas
Rogério Alves Lima

1. Abertura

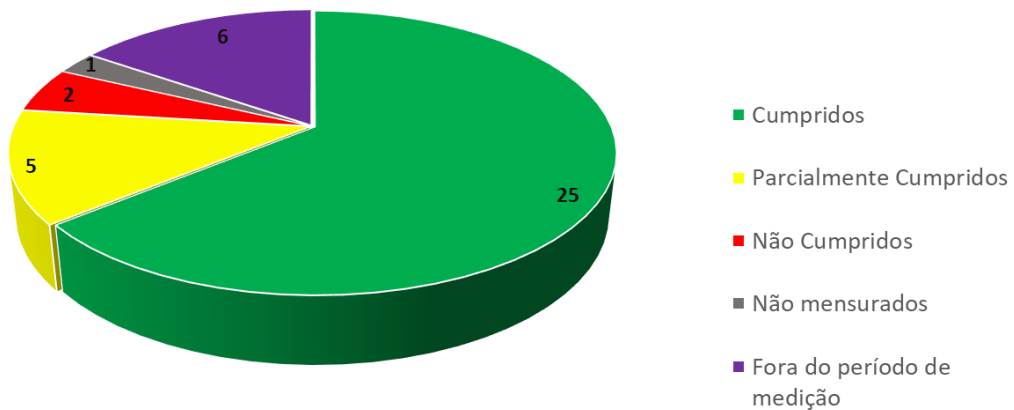
A reunião foi iniciada pelo Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministro Luiz Edson Fachin o qual enfatizou que nenhuma caminhada se faz sólida sem estratégia. Em ato contínuo, apresentou os representantes da alta administração presentes e fez agradecimentos. Na sequência, abordou o objetivo da reunião - verificar o resultado da estratégia relativo ao período de janeiro a agosto. Ressaltou que ainda há tempo para correção de resultados. Pontuou que a formulação da estratégia abrange governança e gestão, e, também, a importância dos ajustes necessários ao aprimoramento da gestão e da efetividade das entregas para que o CNJ continue a cumprir sua missão constitucional, de forma evolutiva, e com fortalecimento da confiança no Poder Judiciário. Evidenciou, ainda, a relevância do atual marco dos 20 anos do CNJ. Na sequência, rememorou os eixos para o biênio e reforçou que os resultados dos indicadores e das metas devem ser perseguidos. A seguir apresentou os resultados dos objetivos estratégicos e dos indicadores. Reforçou a importância da implementação de ações corretivas e informou que os(as) gestores(as) devem solicitar o apoio institucional que julgarem necessários. Logo após, mencionou a importância da comunicação, ressaltando que não basta apenas executar as ações, é fundamental saber comunicá-las. Deu ênfase à realização dos compromissos com a justiça, em especial com as camadas mais vulneráveis da população. Na sequência relatou os resultados dos projetos institucionais. Reforçou que está em curso o processo de elaboração da estratégia para o próximo sexênio e ressaltou a importância da participação de todos nesse trabalho. Ato contínuo, deu ênfase aos feitos dos anos do CNJ e destacou as Políticas Judiciárias para responder uma prestação jurisdicional comprometida com a justiça célere e eficaz, mas também com as pessoas que a demandam (mulheres, infância, adolescência, população carcerária). Por fim, reforçou que todo juiz e toda juíza é também um magistrado/magistrada do sistema interamericano dos direitos humanos, e que as UMFs serão aprofundadas. Após a fala, informou que precisaria se ausentar para cumprir o próximo compromisso e agradeceu a todos os presentes. A condução da reunião foi passada ao Dr. Paulo Marcos, Secretário de Estratégia e Projetos-SEP, que, após cumprimentos, registrou que a Reunião de Análise da Estratégia (RAE) tem previsão na Resolução nº 325/2020. Logo após, esclareceu que esta é a terceira e última RAE do ano de 2025, e abordou a importância de o CNJ tentar ao máximo

atingir seus objetivos estratégicos e cumprir os seus projetos institucionais. Mencionou, ainda, sua satisfação em conduzir pela primeira vez esta reunião e colocou a SEP à disposição. Em seguida, a palavra foi passada ao Dr. Maurício Cavallazzi Póvoas, Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do Departamento de Gestão Estratégica. O Dr. Maurício esclareceu que esta reunião tem como finalidade verificar se os objetivos e as metas estão sendo cumpridos. Salientou, ainda, a sua admiração pelos servidores, que conduzem com excelência os trabalhos. Em ato contínuo, fez agradecimentos ao Ministro Luiz Edson Fachin e ao Dr. Paulo Marcos e se colocou à disposição. Em seguida, a palavra foi concedida ao Dr. Fábio César dos Santos Oliveira, Juiz auxiliar da Presidência, que iniciou a sua fala com agradecimentos. Na sequência, ressaltou que nenhuma gestão é capaz de se planejar ou se administrar se ela não se conhece. Afirmou, ainda, que esta reunião é uma oportunidade de nos conhecermos, expandirmos nossas práticas bem-sucedidas, compartilharmos nossas dúvidas e, assim, marcharmos juntos. Evidenciou, também, a importância dos servidores no cumprimento das finalidades institucionais. Em ato contínuo, a palavra foi passada ao Bruno César, Diretor-Geral que agradeceu a deferência de colocar a frente da Diretoria-Geral um servidor da casa. Pontuou que a gestão 2025-2027 será uma gestão preocupada com o bem-estar do servidor, citando a criação de novos cargos efetivos e novos cargos em comissão. Adicionou, ainda, que é uma gestão austera e que os recursos serão direcionados para atender as demandas franqueadas pela gestão. Declarou seu orgulho de ser servidor do CNJ e afirmou o compromisso, ao lado de toda a equipe, de oferecer o melhor trabalho possível. Em seguida, a palavra foi passada ao Dr. Paulo Marcos que solicitou o início da apresentação dos resultados.

2. Resultados Consolidados

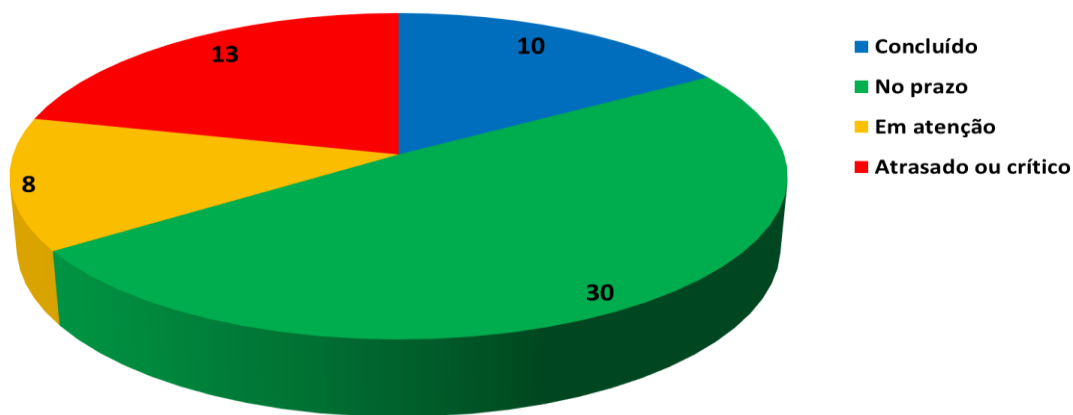


Panorama Geral dos Indicadores Estratégicos Agosto 2025



Total: 39

Panorama Geral dos Projetos Institucionais Agosto 2025



Total: 61

3. Apresentações das Unidades

3.1 Presidência

Dr. Bruno Andrade, Assessor do Gabinete da Presidência, informou que sua apresentação focaria no Projeto Painel dos Colegiados que consistiu em reunir informações em uma única fonte sobre os colegiados do CNJ. Informou, ainda, que o Painel é um Painel de Business Intelligence (BI) e que se encontra disponível na intranet e na página da COPJ, como também na internet, em uma versão mais sintética. Por fim, destacou que o objetivo do projeto é promover transparência e aprimorar o controle institucional, possibilitando o acompanhamento dos colegiados.

3.2 Coordenadoria de Governança de Políticas Judiciárias Nacionais – COPJ

Marina Brazil Bonani, Coordenadora de Governança de Políticas Judiciárias Nacionais, começou a sua fala mencionando a implementação do Sistema de Governança de Políticas. Salientou tratar-se de uma plataforma que reúne as informações de todas as políticas em um único local, promovendo maior

transparência. Em seguida, abordou os indicadores da unidade. Explicou que os dois Indicadores apresentam bons resultados, contudo fez um alerta sobre a saída de conselheiros em 31 de janeiro de 2026. A Coordenadora informou que eles ficarão com 20 políticas para uma nova gestão e solicitou a colaboração de todos. Em seguida, Dr. Paulo Marcos de Farias fez o uso da palavra e citou a questão da vacância dos conselheiros, pedindo explicação do Dr. Bruno Andrade, que esclareceu a intenção de que toda política judiciária, uma vez encerrado o ciclo do conselheiro que a lidera, passe por uma revisão e reanálise para verificar a necessidade de eventuais ajustes ou de continuação. Dito isso, informou que irão propor uma alteração na Instrução Normativa para que, uma vez encerrado o biênio da gestão de um conselheiro, que lidera uma política, essa política, uma vez sem titular, irá se reverter a presidência. Então, a Presidência realizará uma análise técnica para definir como será conduzida a gestão dessa política. Por fim, disse que esta pauta será levada ao Ministro Edson Fachin. Em ato contínuo, a Dra. Clara Mota fez o uso da palavra e questionou se o monitoramento das políticas seria um BI da COPJ. Marina Brazil Bonani respondeu que hoje a unidade acompanha as políticas que possuem monitoramento.

Nº	Indicador	Expectativa ago	Realizado ago	Desempenho
5	Índice de monitoramento de políticas judiciárias nacionais programáticas	60,0%	55,0%	91,7%
6	Índice de planejamento de políticas judiciárias nacionais programáticas	60,0%	70,0%	116,7%

3.3 Escritório Corporativo de Projetos – ECP

Cristina de Oliveira Winckler, Coordenadora do Escritório Cooperativo de Projetos Institucionais – ECP, iniciou a sua fala informando que a unidade está elaborando um agente para ajudar na elaboração do Termo de Abertura de Projeto (TAP). A Chefe do ECP explicou que com esse agente irá otimizar o processo de elaboração do TAP. Salientou, ainda, que, embora essa inovação ainda esteja em fase de testes, aqueles

que tiverem projetos poderão utilizar o agente para experimentação. Em seguida, a mencionou o Panorama do 2º Quadrimestre de 2025. Informou que há bastante projetos em atraso, 13 no total. Sobre os projetos em atraso, a Coordenadora explicou que, em sua maioria, tiveram os escopos redefinidos, porém a unidade ainda não recebeu a documentação necessária para atualização da nova previsão de término. Continuou a sua fala dizendo que a unidade possui 10 projetos finalizados, 30 no prazo e 8 em atenção. Por fim, deu ênfase a 5 projetos em curso e apresentou, também, os projetos finalizados no período de janeiro a agosto.



Consultor TAP

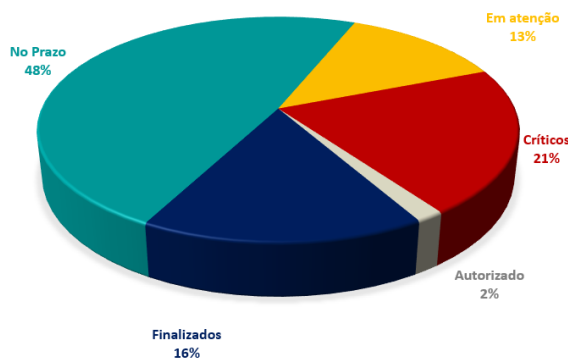
Criado por Antonio Ferreira de Melo Filho



Análise do TAP.

- Apoio na identificação dos Benefícios, conforme problema ou oportunidade na justificativa.
- Análise do benefícios e critérios de medição.
- Análise de atividades.





Finalizados	10
No Prazo	30
Em atenção	8
Crítico	13
Autorizado	1



Unidade Patrocinadora: Presidência
Unidade Executora: SERES/DTI

EIXO 2: Estrutura, Inovação e Transparência

Previsão de Término:
Dezembro/2025

Solução digital desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para aprimorar o monitoramento e a conformidade dos atos normativos.

Benefícios Esperados:

1. Padronização do fluxo do monitoramento dos atos normativos.
2. Transparência das informações obtidas nos Cumpredec.
3. Aperfeiçoamento e centralização do monitoramento e avaliação do cumprimento dos Normativos.

Entregas:

Sistema Funcionando (5 gabinetes utilizando)
Capacitação
Fluxo Padronizado

Em Desenvolvimento:

Centralização dos dados
Ampliação para todas Resoluções e gabinetes



SEP

Concluído

Objeto: Estruturar e implementar acesso à Justiça por meio da realização de Itinerância cooperativa na Amazônia Legal.

Benefício: Promoção de Acesso a Justiça



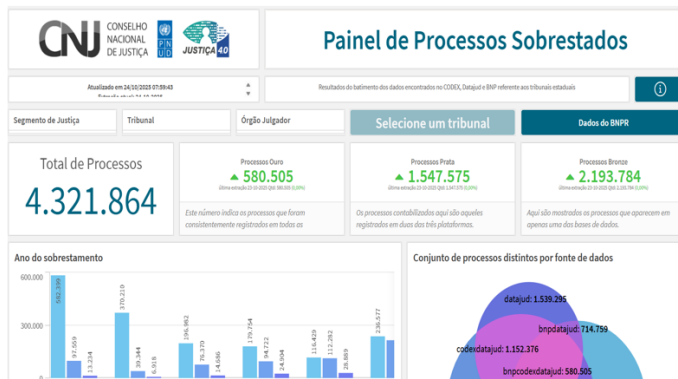
- 8 Eixos Temáticos**
- cidadania,
 - previdenciário,
 - trabalhista,
 - ambiental,
 - fundiário,
 - saúde,
 - Indígena, e
 - infância.



Unidade Patrocinadora: DTI Unidade Executora: PNUD /DTI/SEP

Concluído

Objeto: Desenvolver e aplicar soluções de inteligência artificial para otimizar a gestão e análise de processos judiciais sobrestados, promovendo maior eficiência na identificação e classificação de precedentes qualificados nos tribunais brasileiros. A iniciativa visa integrar tecnologias e metodologias de qualificação de dados para garantir a precisão das análises e acelerar a tomada de decisões judiciais



Benefício: Implementação de modelo de inteligência artificial capaz de identificar precedentes qualificados do STF e STJ.

- Entregas –**
- [Painel de Análise](#)
 - [Criação de datasets e retraining](#)
 - [Integração SINAPSES LAB](#)



Unidade Patrocinadora: SEP

Unidade Executora: PNUD /DTI

EIXO 1: Justiça, Segurança Jurídica e Eficiência

Previsão de Término:
Dezembro/2025 *

Objeto: Construir e disponibilizar uma aplicação, na Plataforma Digital do Poder Judiciário, para utilização pelos magistrados e por seus assessores, que permita a realização dos atos de gabinete dos juizes, com arquitetura baseada em microserviços, uniformizando e melhorando a experiência desses usuários em suas

Benefícios Esperados:

- Viabilizar a possibilidade dos tribunais imprimirem maior celeridade e controle aos processos

Funcionalidades:

Painel de Processos
 Consultas rápidas de processos
 Busca de documentos
 Acompanhamento e atribuição de atividades
 Centralização de informação
 MÓDULO Minutas
 Estatísticas

Em Desenvolvimento:

- Entrevistas com usuários para melhorias (TJRN, TJES, TRF3);
- Plano de manutenção com ampliação da presença em mais tribunais.



Execução Fiscal Inteligente - EFIN

(antigo Fluxo Nacional Automatizado das Execuções Fiscais - FNA)



Unidade Patrocinadora: SEP

Unidade Executora: PNUD

EIXO 1: Justiça, Segurança Jurídica e Eficiência

Previsão de Término:
Dezembro/2025



RESULTADOS E BENEFÍCIOS ESPERADOS:

- Ajuizamento automatizado de processos de execução fiscal e validação dos dados das CDAs;
- Citação automatizada dos executados em processos de execução fiscal;
- Dashboard capaz de realizar medição do tempo decorrido nas fases dos processos de execução fiscal e verificação de aderência dos tribunais ao Fluxo Nacional, bem como mensuração de eventuais reduções do tempo de tramitação e das taxas de congestionamento;
- Implementação do EFIN nos tribunais parceiros;
- Pedidos de bloqueio e construção de bens automatizados nos processos de execução fiscal.

Em Desenvolvimento:

- Integração com Portal de Serviços e o sistema SNIPER;
- Readequação do Escopo (fluxo de correção de inconsistências);
- Avaliação do formato de construção automática;
- Discussão sobre novos movimentos na TPU.
- Planejamento piloto

Pontos de Atenção:

- Dependências de prazos de outros projetos
- Cadastro das procuradorias



Escritório Corporativo de Projetos Institucionais – ECP

O Escritório Corporativo de Projetos Institucionais – ECP é unidade técnica vincu Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica que tem entre suas atribuições administrar, subsidiar a tomada de decisão, acompanhar os projetos institucionais estratégicos e oferecer suporte metodológico no gerenciamento de projetos. [Conheça nosso Portfólio de Serviços, aqui.](#)

2025

Capacitação técnica para desenvolvedores nas tecnologias da PDPJ – BR

Desenvolvimento de um Conjunto de Solução em Gestão de Dados para a Corregedoria Nacional de Justiça

Central de Regulação de Vagas (sistema penal) – Metas 2025 – Programa Fazendo Justiça

IA para Gestão de Precedentes Qualificados – PJ4

SPVATJUD – PJ4

6ª Edição da Série Justiça em Números

Itinerância Cooperativa na Amazônia Legal – 1ª Edição de 2024 – Humaitá e Lábrea/AM

Polícia Judicial Amiga dos Autistas

Nacionalização SAREF - Sistema de Apresentação Remota por Reconhecimento Facial – PJ4

3.4 Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ

Gabriela Moreira de Azevedo Soares – Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ, informou que a unidade possui 3 indicadores. Salientou que, em 2021, foi realizada uma estimativa que projetava, para 2025, o alcance de 85% no Indicador nº 07, resultado que já foi atingido, chegando a 85,3%. Em relação ao Indicador nº 10, destacou que a unidade vem cumprindo a meta estabelecida. Informou, ainda, que foram recebidas 39 demandas de novas pesquisas, as quais representam um desafio para a unidade, que está em processo de avaliação. Em ato contínuo, comunicou que o setor lançou o edital para inscrição de trabalhos técnicos, o qual se encontra aberto até o dia 17 de novembro e está disponível no site da Comunicação. Destacou, também, o surgimento de duas novas demandas: Mapa das Organizações Criminosas e o Painel de Bancos. Por fim, salientou que a unidade está trabalhando na regulamentação do Prêmio CNJ de Qualidade e que o Ministro Edson Fachin se reuniu com o setor para discutir os critérios do prêmio.

Nº	Indicador	Expectativa ago	Realizado ago	Desempenho
4	Índice de realização de pesquisas e painéis	12,9%	57,1%	442,6%
7	Indicador de nível de consistência médio dos tribunais no painel de qualificação do DataJud	85,0%	85,3%	100,3%
10	Índice de divulgação das informações primárias de pesquisa em formato aberto e não proprietário	100,0%	100,0%	100,0%

3.5 Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF

Dr. Ruy Muggiati, Desembargador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, iniciou sua fala mencionando o indicador nº 14, explicando tratar-se de um indicador que mede o percentual de implementação da metodologia do Programa Pena Justa, o qual representa um esforço institucional em curso para responder à crise estrutural do sistema prisional. Em seguida, destacou o desempenho de algumas ações estratégicas do Programa que estão em andamento. Logo após, o Dr. Ruy salientou a importância do Pena Justa, reiterando a necessidade imperiosa de superação do

estado de coisas inconstitucional, conforme reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal. Pontuou que a superação desse estado é a premissa para a garantia de direitos humanos e a eficácia da Política de Justiça Criminal, alertando que a manutenção das atuais condições é incompatível com o sistema constitucional e deve ser combatida por meio de medidas estruturais. Destacou o desempenho de ações estratégicas: i. os comitês de políticas penais tiveram a etapa de implementação concluída; ii. Encontros com os comitês, com o sistema de justiça e com o comitê nacional demonstram a consolidação da governança e do diálogo interinstitucional. Noticiou ainda, que, até o final de 2025, a etapa de elaboração da metodologia de monitoramento do Pena Justa terá integralizado 25% de cumprimento. Afirmou que tal etapa é crucial para garantir a rastreabilidade e a aferição de impacto das ações implementadas. Ao tratar do resultado do indicador, informou que a unidade alcançou 90% da meta estabelecida para o ano de 2025, com previsão de atingir 100% até o final do período. Por fim, colocou-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Nº	Indicador	Expectativa ago	Realizado ago	Desempenho
14	Índice de Implementação das Iniciativas que Promovam os Direitos de Cidadania	66,7%	90,0%	135,0%

3.6 Secretaria de Auditoria – SAU

Dr. Felipe Berkenbrock Goulart, Secretário de Auditoria, iniciou sua fala explicando que a unidade possui dois setores: um responsável pelos processos de auditoria interna e consultorias, e outro encarregado de coordenar as auditorias realizadas pelos demais tribunais por meio de suas auditorias internas. Em seguida, apresentou os quatro indicadores da unidade. Informou que dois já foram mensurados, ambos com desempenho satisfatório; um ainda não foi mensurado; e outro encontra-se fora do período de mensuração. Sobre o indicador nº 22, que ainda não foi mensurado, o Dr. Felipe explicou que as auditorias internas atualmente se baseiam no sistema

Internacional chamado EACM desenvolvido pelo Instituto Internacional de Auditores Internos. Acrescentou que a equipe está concluindo a medição do nível de maturidade, ressaltando tratar-se de um painel extremamente complexo, composto por muitos requisitos. Esclareceu, ainda, que, na próxima RAE, a unidade já apresentará o índice de evolução referente ao atingimento do Nível 2, previsto para o exercício de 2025. Em relação ao indicador nº 23, foi explicado que o setor tinha a expectativa de atingir 90%, contudo, o resultado alcançado foi de 93,7%. O Dr. Felipe acrescentou que este índice de qualidade está relacionado às avaliações recebidas dos setores auditados. Esclareceu que foram realizadas: auditoria de contas anuais do exercício de 2024, consultoria de diárias e passagens e a Política de incentivo da participação institucional feminina no CNJ. No que se refere ao indicador nº 24, explicou que se trata da adesão às ações coordenadas, quando os órgãos fazem a mesma auditoria ao mesmo tempo, coordenados pelo CNJ. Informou, ainda, que a expectativa era de 98%, tendo sido alcançado o percentual de 97%, considerando que 91 órgãos estavam aptos a participar, pois foram excluídos os conselhos e a justiça do trabalho. Não participaram o TSE, o TJSP, e o TJMRS. Noticiou que as próximas ações, aprovadas pela comissão permanente de auditoria são sobre a Política Nacional do Poder Judiciário para meio ambiente, em 2026, e sobre a valorização do 1º grau, em 2027. Por fim, destacou que o indicador nº 25 encontra-se fora do período de medição, devendo ser mensurado ao final do exercício de 2025.

Nº	Indicador	Expectativa ago	Realizado ago	Desempenho
22	Índice de evolução da maturidade dos processos de auditoria	80,1%	0,0%	Não mensurado
23	Índice de qualidade dos trabalhos de auditoria e consultoria	90,0%	93,7%	104,1%
24	Índice de adesão às ações coordenadas de Auditoria	98,0%	97,0%	99,0%
25	Índice de satisfação dos resultados das ações coordenadas de auditoria	0,0%	0,0%	Fora do período de medição

3.7 Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos – CSAC

Dra. Marilene de Souza, Assessora-chefe do Gabinete da Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos, iniciou destacando a preocupação da Conselheira Mônica Nobre em trabalhar com a questão da auto-composição e que ajudaram na lei da mediação em vigor. Na sequência, alertou que o número de conciliações vem diminuindo ano a ano, ressaltando que esse processo talvez deva passar por um aprimoramento ou revisão. Exemplificou que talvez possam ser realizadas 2 vezes por ano. Destacou que a comissão trabalha em 2 ações: uma é a Semana Nacional de Conciliação e a outra é o Prêmio Conciliar é Legal. A representante da CSAC sugeriu uma melhoria no processo de premiações, com o objetivo de otimizar sua execução. Acrescentou que o setor realizará, nos próximos dias, a Semana Nacional de Conciliação e que o Prêmio Conciliar é Legal encontra-se na fase de inscrições, sendo sua entrega prevista para o próximo ano. Em ato contínuo, Dr. Paulo Marcos fez o uso da palavra salientando que o processo de melhoria das premiações é longo, demandando a participação das próximas administrações para que as mudanças sejam implementadas de forma eficaz.

Nº	Indicador	Expectativa ago	Realizado ago	Desempenho
40	Índice de implementação das Iniciativas que Promovam a Política de Soluções Adequadas de Conflitos	62,2%	62,2%	100,0%

3.8 Corregedoria Nacional de Justiça – CN

Caio Henrique Faustino, Assessor da Corregedoria Nacional de Justiça-CN, começou a sua fala explicando que a Corregedoria Nacional de Justiça possui hoje 3 programas, cada um deles com uma semana nacional de mobilização: Registra-se; Solo Seguro e Solo Seguro Favela. O assessor destacou que houve avanço no Programa Registra-se, que combate a erradicação do sub-registro civil e promove o acesso à documentação civil básica. Adicionou, ainda, que, em 2025, superaram 900.000 atendimentos e estiveram em 225 municípios do país, oferecendo mais de 32 serviços para além do registro, incluindo registro de casamento, nascimento e óbito, além do enfrentamento ao sub-registro e da sua erradicação. Pontuou que

aprimoram a estratégia, reposicionando os registros, com diálogo com outros órgãos envolvidos em outras esferas e poderes para que se torne um programa permanente.

Nº	Indicador	Expectativa ago	Realizado ago	Desempenho
2	Índice de execução do plano de acompanhamento das unidades judiciais	100,0%	100,0%	100,0%
11	Índice de implantação das iniciativas que aprimorem as inspeções e correições	66,7%	44,0%	66,0%
12	Índice de Execução do Plano de Inspeções	100,0%	100,0%	100,0%
13	Índice de execução das ações de fomento à melhoria dos serviços extrajudiciais	66,7%	88,1%	132,2%

3.9 Departamento de Gestão Estratégica – DGE

Fabiana Andrade Gomes e Silva, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica, iniciou sua fala pelo indicador nº 1, que acompanha as metas nacionais. A Diretora explicou que o indicador se encontra em situação de atenção, contudo há expectativa de cumprimento da meta em 2025. Informou, ainda, sobre uma ação exitosa proposta pelo Dr. Fábio César: a criação de um ciclo de gestão das metas nacionais. Complementou explicando que, com a implementação desse ciclo, os tribunais acompanhados se sentiram contemplados pela iniciativa, o que acarretou bons resultados. Detalhou, ainda, que foram acompanhados 2 tribunais por ramo de justiça, que estavam com dificuldades de cumprir as metas nacionais. Em relação ao indicador nº 21, destacou que a meta foi atingida e que o setor mantém o foco em ações contínuas de melhoria no Portal, com apoio do DTI. No que se refere ao indicador nº 26, explicou que o DGE possui um setor voltado a Gestão de Processos, que possui foco em verificar oportunidades de melhoria nos fluxos de trabalho. Adicionou, ainda, que, para o ano de 2025, foram definidas 29 ações com propostas de melhoria nos processos de trabalho. Dessas ações, 9 estão com indicador de atenção, contudo há a previsão de se atingir 100% das ações até o final do exercício. Sobre o indicador nº 27, explicou que se trata de um resultado parcial, que vai até junho, e que a expectativa está sendo cumprida. Informou, também, que hoje há 32 indicadores para Plano de Logística Sustentável (PLS). Desses 32 indicadores, 27

estão sendo cumpridos e 5 estão em atenção. Em ato contínuo, a Diretora deu ênfase, dentre os 32 indicadores, ao indicador que mede a quantidade de Juízas designadas para o cargo de Juízas Auxiliares, que, nessa medição parcial de janeiro a junho, não estava sendo cumprido. Porém, salientou que a previsão é de alteração dessa situação até o final deste ano. Também deu ênfase ao indicador que mede a quantidade de mulheres servidoras ocupantes de cargos ou funções de confiança, cujo a meta está sendo cumprida. Por fim, mencionou o indicador de gastos com telefonia móvel do PLS, que se encontra um pouco acima do limite, precisando de atenção. O Dr. Paulo fez o uso da palavra e elogiou o projeto liderado pelo Dr. Fábio, destacando a importância de sua continuidade e aperfeiçoamento. Mencionou, também, sobre as “Boas Práticas”, que a estratégia de comunicação deveria ser repensada e a sugestão levada à análise do Ministro, pois atualmente está na agenda inicial das sessões plenárias.

Nº	Indicador	Expectativa ago	Realizado ago	Desempenho
1	Índice de Cumprimento das Metas Nacionais	75,0%	53,9%	71,9%
21	Índice de eficácia do Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário	90,0%	90,7%	100,8%
26	Índice de melhorias implementadas em processos prioritários	65,5%	52,0%	79,4%
27	Índice de Execução do Plano de Logística Sustentável	88,0%	84,0%	95,5%

3.10 Escola Nacional do Judiciário – ENAJU

Fábio Lopes Fernandes, Diretor da Escola Nacional do Judiciário, iniciou a sua fala informando que a Escola Nacional do Judiciário foi instituída pela Resolução nº 643/2025 e destacou que as atribuições só serão cumpridas com a parceria de todo o CNJ. Deu continuidade à sua fala mencionando alguns desafios enfrentados pela unidade, sendo um dos principais a Política Nacional de Formação do Poder Judiciário, que atualmente se encontra defasada. Outro desafio destacado foi a

reestruturação da plataforma do ENAJU para unificar o atendimento de todo o Poder Judiciário. Citou a rede de escolas de governo que está trabalhando de forma desarticulada e duplicando esforços. Por fim, colocou o setor à disposição.

Nº	Indicador	Expectativa ago	Realizado ago	Desempenho
31	Índice de Capacitação do Poder Judiciário nas Competências Estratégicas	10,0%	10,6%	106,0%
32	Índice de Capacitação dos gestores do Poder Judiciário em capacitações gerenciais	5,3%	18,5%	346,7%

3.11 Secretaria de Comunicação Social – SCS

Ana Gabriela Guerreiro Viola da Silveira Leite, Secretária de Comunicação Social, iniciou sua fala apresentando os indicadores da unidade e destacou a importância de diferenciar a comunicação externa da comunicação interna. Esclareceu que há um indicador específico para cada uma dessas áreas. Em seguida, explicou que o indicador nº 28, referente ao índice de comunicação externa, encontra-se em atenção. Informou que a unidade está em processo de reformulação desse índice, com o objetivo de aprimorar a forma de avaliação do trabalho de comunicação. Destacou que, como no cálculo do índice há o somatório do engajamento, com o alcance das redes sociais e com as visualizações do portal do CNJ e que este somatório é dividido pelo número de ações realizadas, o resultado acaba sendo reduzido, mesmo havendo aumento no volume de atividades em relação a 2024. Destacou que o trabalho da unidade é qualitativo e não quantitativo. Quanto ao indicador nº 30, a secretária informou que ele se encontra fora do período de medição e que se refere à satisfação interna em relação às ações de comunicação social. Por fim, colocou-se à disposição e ressaltou que, por ser esta sua primeira RAE, na condição de secretária, considerou a experiência muito importante, pois lhe permitiu ouvir as demais unidades e compreender melhor suas dificuldades, a fim de aprimorar as estratégias de comunicação.

Nº	Indicador	Expectativa ago	Realizado ago	Desempenho
28	Índice de promoção e repercussão das ações de comunicação social com a sociedade	100,0%	68,3%	68,30%
30	Índice de Satisfação com a Comunicação Interna	0,0%	0,0%	Fora do período de medição

3.12 Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria-Geral – DAGI

Daniele Smidt Frischknecht, Chefe da Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria Geral, mencionou que a unidade possui apenas 1 indicador, que se encontra não cumprido. Continuou a sua fala explicou que, devido à natureza de apoio à governança e assessoramento da diretoria-geral, a DAGI vem tentando ajustar esse indicador há algum tempo para que ele possa refletir melhor a realidade. Informou que há expectativa de cumprimento da meta até o final do exercício de 2025. Deu continuidade à sua fala explicando que o indicador mede a execução do planejamento da unidade, composto por 18 ações. Dentre essas, 7 são ações contínuas, que somente serão encerradas ao final do exercício, e 4 já foram concluídas. Ressaltou, ainda, que o indicador considera apenas as ações integralmente concluídas e que apenas 4 tinham previsão de finalização no 2º quadrimestre. Dessa forma, embora a meta esteja como não cumprida, a situação encontra-se dentro das expectativas. Em ato contínuo, destacou, dentre as ações mais relevantes, as alterações normativas que tratam do teletrabalho, da concessão de diárias e passagens e do fluxo de respostas ao Tribunal de Contas da União (TCU). Informou, também, que a unidade acompanha as decisões do plenário que possam ter repercussão na área administrativa e que a unidade tem se dedicado a buscar soluções inovadoras para a área meio. Ainda sobre inovação, informou que o setor participou do grupo de trabalho que conduziu a primeira contratação pública de solução inovadora, a qual possibilitou a contratação de 2 empresas para testar soluções tecnológicas para o atendimento ao cidadão na plataforma JUS BR. Mencionou ainda a atuação da unidade nos diversos colegiados, em especial no Comitê de qualidade de vida no trabalho, no Comitê de fortalecimento da Política de atenção aos egressos, na Comissão gestora do PLS, Comissão de gestão do teletrabalho, na Comissão de acessibilidade. Por fim, mencionou que a DAGI possui uma unidade subordinada, a Coordenadoria de

Controle Interno e Gerenciamento de Riscos da Diretoria Geral, que atua no mapeamento dos riscos das contratações e dos processos de trabalho das unidades vinculadas à Diretoria Geral e na implementação de controle, além de intermediar as comunicações com as equipes de auditoria e do TCU. Enfatizou que todo esse trabalho é realizado atualmente por uma equipe reduzida de apenas 3 servidores. Encerrando sua fala, agradeceu à equipe pelo empenho e dedicação.

Nº	Indicador	Expectativa ago	Realizado ago	Desempenho
3	Índice de execução do planejamento anual da DAGI	53,3%	22,2%	41,7%

3.13 Ouvidoria – OUV

Ronaldo Araújo Pedron, Chefe de Gabinete da Ouvidoria, iniciou sua fala explicando que o setor possui dois indicadores: o indicador nº 8, que se refere ao prazo de encaminhamento e tratamento das demandas, e o indicador nº 9, relacionado a uma pesquisa de satisfação facultativa enviada a todos que recebem uma resposta conclusiva da Ouvidoria. Em relação ao indicador nº 9, informou que ele se encontra em atenção, embora próximo de atingir a meta. Acrescentou que, historicamente, a meta tem sido alcançada, porém ressaltou a importância de contextualizar os resultados. Continuou explicando que a ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é uma ouvidoria do Poder Judiciário e do próprio conselho, e que, há 7 anos, o CNJ tinha um volume de 25.000 demandas/ano e, atualmente, o conselho encontra-se com a projeção na casa das 60.000 demandas/ano. Contudo, a estrutura permanece a mesma. Esclareceu que, em 2022, a unidade teve acréscimo nas atribuições devido a Ouvidoria Nacional da Mulher, e, que em 2024, com a conselheira Renata Gil, a unidade conseguiu estruturar melhor as demandas dessa ouvidoria. Ainda sobre a ouvidoria da mulher, destacou que, no primeiro ano, foram apenas 180 atendimentos. Já no segundo ano, foram cerca de 380 e, neste ano, estão fechando com 1.000 demandas. Enfatizou que o número de demandas vem crescendo continuamente e que elas exigem um atendimento altamente especializado. Mencionou, também, a implementação de um Comitê Executivo

relacionado à Ouvidoria da Mulher, o qual conta com uma nova gestão, composta pela Dra. Suzana e pela Dra. Camila. Salientou a participação da Dra. Roberta, que tem atendido e participado de forma efetiva tratando dos casos que, em sua maioria, consistem em reclamações relativas ao descumprimento do protocolo com perspectiva de gênero, com cerca de 67% das reclamações, e relativas à morosidade processual, com 20%. Em ato contínuo, destacou um desafio enfrentado pela unidade, a estruturação do sistema nacional. O chefe da ouvidoria explicou que atualmente todas as demandas e as comunicações feitas com a ouvidoria e os tribunais são realizados por meio de e-mail, o que resulta em um sistema absolutamente defasado. Informou, ainda, que recentemente foi encaminhado uma resolução relativa a um GT para construção e desenvolvimento de um sistema. Hoje estão na fase de conhecimento de sistemas e esperam que, em médio/longo prazo, haja uma solução mais prática para essa questão. Em ato contínuo, Dr. Paulo fez o uso da palavra e informou que Dra. Suzana mencionou a estruturação da ouvidoria da mulher e que este é um tema que necessita ser pensado e se colocou à disposição. Ronaldo fez o uso da palavra novamente e salientou que a ouvidoria é a porta de entrada para uma comunicação mais direta com o cidadão. Informou, também, que a pesquisa de satisfação possui 4 critérios. Contudo, a unidade, mesmo no critério mais desafiador, a decisão judicial, está com índice de 48% de satisfação com o atendimento. Por fim, destacou a importância da estruturação do sistema da ouvidoria.

Nº	Indicador	Expectativa ago	Realizado ago	Desempenho
8	Atendimento da Ouvidoria	93,0%	96,7%	104,0%
9	Satisfação com o atendimento da ouvidoria	74,0%	61,4%	82,9%

3.14 Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF

Eduardo Campos Gomes, Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade, iniciou sua fala com o indicador nº 38, explicando que ele mede a quantidade de recursos adicionais captados. Contextualizou que, desde 2016, os orçamentos dos órgãos vêm sendo incrementados basicamente pela inflação e que o CNJ tem buscado formas alternativas de aumentar esse orçamento. Continuou esclarecendo

que a expectativa é de captação de 20% do orçamento das despesas discricionárias até o final do exercício de 2025. Esclareceu, também, que essa captação ocorre por meio das “sobras” orçamentárias dos tribunais superiores, cuja apuração é realizada ao final do exercício, e que, por esse motivo, ainda não houve nenhuma captação até o momento. Acrescentou que, este ano, especificamente por conta da ADI 7641, a qual excepcionalizou o teto de gastos das receitas próprias dos tribunais, houve um aumento do orçamento geral do Poder Judiciário. Continuou a sua fala dizendo que um dos primeiros atos da nova gestão foi uma parceria com a Justiça do Trabalho, que resultou na captação de 250.000.000,00 reais ao orçamento do CNJ e que, devido ao valor, essa captação necessita da chancela do Congresso Nacional. A previsão de recebimento do recuso é para o final do exercício de 2025. Em relação ao indicador nº 39, esclareceu que se trata de um indicador que mede a execução das despesas do Conselho. Informou que a expectativa para o período era de 55%, e que a unidade alcançou 57,1%. Em seguida, explicou a importância desse indicador, que contribui para evitar a concentração da execução orçamentária no final do ano, prevenindo, assim, uma possível sobrecarga em toda a área administrativa e a inscrição de Restos a Pagar.

Nº	Indicador	SOF	Expectativa ago	Realizado ago	Desempenho
38	Captação de recursos adicionais ao orçamento do CNJ	SOF	10,0%	0,0%	0,00%
39	Execução das despesas primárias do CNJ	SOF	55,0%	57,1%	103,70%

3.15 Secretaria de Administração – SAD

Suzana Batista dos Santos, Secretária de Administração, iniciou esclarecendo que a unidade possui 2 indicadores: o indicador nº 19, que mede a satisfação dos usuários com a estrutura física do CNJ e o indicador nº 20, que mede a satisfação dos usuários com serviços prestados pela unidade. Esclareceu, em seguida, que ambos os indicadores estão fora do período de medição, e que a pesquisa de satisfação deverá ser lançada em novembro, contando com a colaboração de todos.

Nº	Indicador	Expectativa ago	Realizado ago	Desempenho
19	Satisfação dos usuários com a estrutura física do CNJ	0,0%	0,0%	Fora do período de medição
20	Satisfação dos usuários com os serviços internos prestados no âmbito da Secretaria de Administração	0,0%	0,0%	fora do período de medição

3.16 Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

Luciana Cristina Gomes Coêlho Matias, Secretária de Gestão de Pessoas, iniciou a sua fala esclarecendo que a unidade possui 4 indicadores e que todos atingiram a meta esperada no período. Sobre o indicador nº 33, explicou que, para o período de mensuração, o setor tinha a meta de capacitar 26,7%, e foi atingido 38,32%, superando a expectativa. Acrescentou que esse trabalho é realizado por uma equipe pequena que trabalha incansavelmente para que se tenha uma capacitação cada vez melhor e mais alinhada com as expectativas das unidades. Em relação ao indicador nº 34, contextualizou que, historicamente, este indicador é o mais difícil de se alcançar. Informou, também, que ele está próximo à meta, necessitando de atenção e investimento em mais ações de capacitação, que sejam mais aderentes à procura dos gestores. Acrescentou que foram capacitados 55 de 160 gestores em pelo menos 15 horas. No que se refere ao indicador nº 35, informou que a meta é 78%, contudo a unidade atingiu 94%, superando bastante a expectativa. Já sobre o indicador nº 36, esclareceu que está sendo atingido. Em seguida, solicitou a colaboração dos gestores que receberam novos servidores para garantir a efetividade da nova norma do estágio probatório. Mencionou, ainda, a terceira pesquisa de qualidade de vida no trabalho, agradecendo a participação de todos e informando que os resultados já foram apresentados tanto para a alta administração quanto para os servidores, enfatizando que a unidade trabalhará os dados da pesquisa e que reuniões estão sendo feitas com as unidades para que essas desenvolvam planos de ação a fim alavancar resultados ainda não satisfatórios. A Secretária também enfatizou o desafio relacionado à carga de trabalho, destacando que se trata de um tema que precisa ser analisado, visto que o quadro funcional necessita de reforço. Por fim, convidou a todos a participar da sequência de palestras “Movimento Vida360”.

Nº	Indicador	Expectativa ago	Realizado ago	Desempenho
33	Índice de Capacitação dos Servidores do CNJ	26,7%	38,32%	143,7%
34	Índice de Capacitação dos Gestores do CNJ	33,3%	34,38%	103,2%
35	Avaliação das capacitações realizadas	78,0%	94,0%	120,5%
36	Satisfação quanto às ações de saúde e QVT	91%	99,99%	109,9%

3.17 Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO

Daniel Gerheim Souza Dias, Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário, esclareceu que o indicador do setor acompanha o índice de publicação das informações orçamentárias dos Tribunais de Justiça, sendo essas informações de publicação obrigatória, por lei ou resolução. Dito isso, explicou que, por ser obrigatório, a expectativa é de que haja 100% das publicações. Sobre a expectativa, esclareceu que, para o período, a meta era que 96% dos tribunais cumprissem todas as obrigações, o que corresponderia à falha de apenas dois tribunais, dentre os 93 avaliados. Sobre o resultado, o Diretor informou que houve a falha de apenas um tribunal, resultando no desempenho de 98,9%. Por último, ressaltou que se trata de um indicador que apresenta estabilidade.

Nº	Indicador	Expectativa ago	Realizado ago	Desempenho
37	Índice de Publicações das Informações Orçamentárias dos Tribunais	96,0%	98,9%	103,0%

3.18 Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTI

Thiago de Andrade Vieira, Diretor Executivo do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, iniciou sua fala mencionando os dois indicadores do setor que estão com indicativo de “cumprido”. Sobre esses indicadores, enfatizou o indicador nº 18, informando que houve uma defasagem entre a expectativa de 100% e o desempenho alcançado de 96%. Em relação a essa defasagem, o Diretor esclareceu que ela ocorreu em razão de um sistema

que ainda será planejado e implantado ao longo deste ano, o que permitirá à unidade alcançar a meta até o final do exercício. Quanto aos dois indicadores restantes, informou que se encontram fora do período de medição. Esclareceu, ainda, que, em relação ao índice de satisfação, a pesquisa estará disponível em novembro. Já no que se refere à Evolução do Perfil de Governança, informou que o setor realiza, anualmente, um questionário junto aos tribunais, acompanhada de uma automedição. Em ato contínuo, mencionou que, para o mês de agosto, a Evolução do Perfil de Governança estava fora do período de mensuração, contudo o setor já estabeleceu os resultados, enfatizando que a meta será atingida até o final do exercício. Por fim, colocou a unidade à disposição.

Nº	Indicador	Expectativa ago	Realizado ago	Desempenho
15	Engajamento dos usuários na Plataforma Connect-JUS	1380,0	1841,2	133,4%
16	Índice de satisfação dos usuários de TIC	0,0%	0,0%	Fora do período de medição
17	Evolução do Perfil de Governança de TI – iGovTIC-JUD	0,0%	0,0%	Fora do período de medição
18	Índice de Soluções de TIC de alta criticidade com gestão de risco	100,0%	96,0%	96,0%

4. Considerações Finais

Dr. Paulo Marcos de Farias encerrou a reunião propondo que este espaço seja dedicado a dar mais foco aos indicadores que demandam mais atenção, e que os resultados sejam passados antecipadamente à alta administração. Bruno César pediu a palavra para esclarecer que os recursos que serão captados servirão para pagamento dos Prodocs do PNUD, o que liberará recursos futuro para novas ações, tais como: criação de cargos efetivos, cargos comissionados e funções comissionadas, como também readequação de orçamento de algumas áreas, notadamente a área de educação. Por último, Dr. Paulo Marcos fez agradecimentos, em especial ao Ministro Edson Fachin e reforçou o compromisso da nova gestão no aprimoramento do CNJ.